

PARA UMA LEITURA GUIADA DE *SÉMANTIQUE GÉNÉRALE* DE BERNARD POTTIER, COM ADAPTAÇÕES AO PORTUGUÊS *

Esta obra ¹, na sequência de *Systématique des éléments de relation* (1955/1962), *Linguistique Générale. Théorie et description* (1974) e, muito particularmente, de *Théorie et analyse en Linguistique* (1987) é, como no-lo diz o Autor, no seu “Avant-propos”, “mais um livro de sugestões do que uma recolha de factos, mais um enquadramento organizador do mundo do sentido do que um tratado estrito de descrição semântica” (p. 12).

A semântica geral, segundo Bernard Pottier, “preocupa-se com mecanismos e operações relativos ao sentido, através do funcionamento das línguas naturais”, isto é, “tenta explicitar os elos que existem entre os comportamentos discursivos num dado envolvimento, constantemente renovado, e as representações mentais que parecem ser partilhadas pelos utilizadores das línguas naturais” (p. 11). Assim, a reflexão do linguista segue um “percurso entre o individual e o universal, através do cultural” (p. 11) procurando conciliar “a extensão e a variedade das manifestações linguísticas... e a necessidade duma apresentação relativamente simples dos funcionamentos profundos da língua” (p. 11).

O Autor faz apelo a uma “esquematização visualizada” — que, como no-lo lembra, utiliza há quatro decénios — por constituir “o meio mais adequado para evocar os percursos mentais mais prováveis na construção do sentido” (p. 12) (tanto do ponto de vista da produção como do da compreensão).

* Ao Professor Pottier, o meu agradecimento sincero pela sua leitura atenta deste texto.

¹ POTTIER, Bernard — *Sémantique générale*, Collection Linguistique nouvelle, Paris, PUF, 1992, 237 p. (Tradução espanhola: *Semántica general*, Madrid, Gredos, 1993, 244 p.).

O livro divide-se em quatro partes subdivididas em 15 capítulos e seguidos de uma conclusão (pp. 223-227). As quatro grandes divisões são as seguintes: 1 — As semânticas e a linguística (pp. 13-58); 2 — Conceptualização e Universais (pp. 59-117); 3 — O pôr em esquemas (fr. "La mise en schèmes") (pp. 119-153); — Os alvos enunciativos (fr. "Les visées énonciatives") (pp. 155-223).

A 1.^a parte (cap. I - cap. V) — "As semânticas e a linguística" — relacionando os diferentes componentes da comunicação com as ópticas do emissor, do receptor e do linguista, e não esquecendo o envolvimento linguístico e não linguístico da mensagem — apresenta sete domínios semânticos, alguns tipos de comunicação e seus percursos. Segue-se uma reflexão polifacetada sobre o signo linguístico e sobre modelos abstractos susceptíveis de dar conta da complexidade das manifestações linguísticas.

Cap. I "Os componentes dinâmicos da comunicação" (pp. 15-22)

O linguista tende a reconstituir a comunicação no seu duplo percurso, o onomasiológico (o do emissor/enunciador) e o semasiológico (o do receptor/interpretante). O enunciador parte de um referente (concreto ou abstracto, real ou imaginário), conceptualiza o seu QUERER DIZER, isto é, "põe em cena" mentalmente ("mise en scène" p. 18) e semiotiza (escolha de signos numa dada LN e escolhas sintácticas, "mise en signes et en schèmes") essa representação mental, apropriando-se assim das virtualidades da língua para a enunciação do seu discurso, isto é, "põe em cadeia os signos ("mise en chaîne" p. 18). "O discurso observado é único, sempre específico, uma espécie de hápax contínuo" (p. 17). O interpretante, por seu turno, parte do discurso produzido ("texto, oral ou escrito") e, graças ao seu SABER, identifica os elementos discursivos, constrói uma hipótese interpretativa que o leva a compreender a mensagem, a conceptualizar, desligando-se assim dos signos linguísticos ("que lhe serviram de trampolim para a compreensão" p. 17). O interpretante pode em seguida tornar-se enunciador e o primeiro enunciador interpretante, e assim por diante.

A "borboleta semântica" (p. 19) é uma figura globalizante que situa as quatro principais zonas complementares da comunicação verbal e as quatro semânticas (ligadas a essas zonas), "constitutivas da *démarche* linguística".

Estas semânticas, que se completam e que coexistem, são desenvolvidas nesta obra. As considerações sintácticas estão presentes a todo o momento, pois a “sintaxe veicula o sentido” (p. 20).

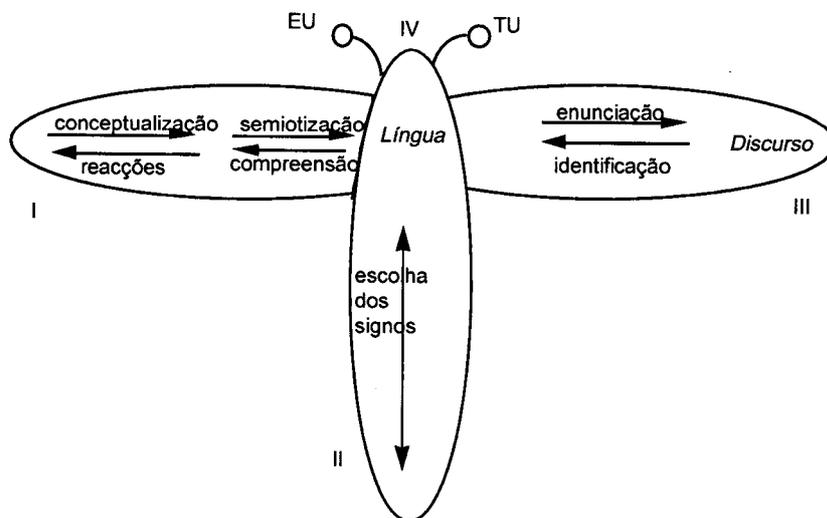


Fig. 1 — “Borboleta semântica”

Legenda	I semântica referencial	III semântica discursiva
	II semântica estrutural	IV semântica pragmática

Acrescentam-se às quatro semânticas constitutivamente linguísticas, três outros tipos de semântica, denominadas “semânticas independentes”: a semiótica textual, as semiologias paralelas, as semânticas não-linguísticas. Donde a figura seguinte (p. 22).

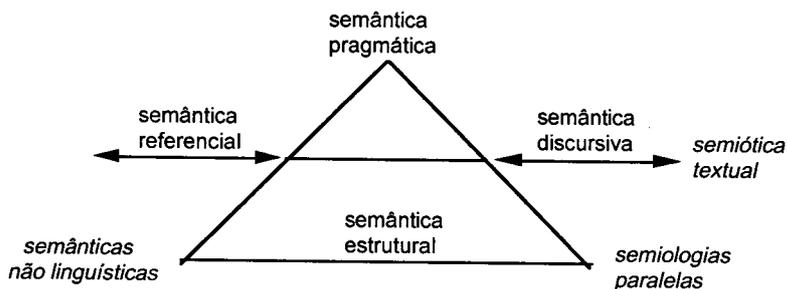


Fig. 2 — Domínios semânticos

Alguns elementos para caracterizar cada uma das semânticas: 1. **semântica referencial**: “trata das relações entre o mundo, a conceptualização e os sistemas das línguas naturais. Estuda o fenómeno da designação...” (p. 20); 2. **Semântica estrutural**: procura “elucidar as motivações da escolha dos signos numa L N determinada...” (ib.); 3. **Semântica discursiva**: “descreve os mecanismos de passagem da língua ao discurso e inversamente...” (ib.); 4. **Semântica pragmática**: “tem em conta as relações de SABER e de QUERER” entre os interlocutores, as quais determinam em grande parte o conteúdo e a forma das mensagens” (ib.); 5. **Semiótica textual**: “tem por objecto as realizações linguísticas mais ou menos vastas (poemas, novelas, romances ...) e tenta extrair delas as grandes estruturas organizadoras do SENTIDO... abandona necessariamente várias especificidades ligadas à riqueza de manifestações próprias da língua natural...” (pp. 20-21); 6. **Semiologias paralelas**: “agrupam o conjunto de sistemas semiológicos que são utilizados em paralelo com o sistema linguístico... O comportamento do interlocutor, os seus gestos, as suas mímicas, a sua utilização do espaço podem e, muitas vezes, devem ser integradas na descrição da mensagem” (p. 21); 7. **Semânticas não linguísticas**: “foram criadas para elas mesmas e só secundariamente utilizam exemplos tirados das línguas naturais” (ib.).

Cap. II “O envolvimento da mensagem” (pp. 23-38)

Considerando *To*, o momento da enunciação, como ponto de referência, temos um “ANTES” e um “DEPOIS” de *To*. O ANTES corresponde ao SABER “memorizado pelo enunciador desde o seu nascimento” (p. 23) — saber sobre a língua, saber cultural, saber sobre o mundo —; o DEPOIS corresponde à intencionalidade do enunciador, o seu “QUERER comunicar”. *To* corresponde a um “VER”, interno à mensagem (contexto) ou externo à mensagem (situação de comunicação).

Quer se trate de comunicação verbal (texto) ou não verbal (semiologias paralelas) todos os percursos têm pelo menos a componente conceptual em comum (“o conceptual pode funcionar só: é “o pensamento pensante” (cf. “a iluminação do investigador” p. 27).

Cap. III “As semiologias paralelas” (pp. 29-32)

O incipit deste capítulo, do poeta F. Garcia Lorca, é muito sugestivo. Retenha-se aqui a sua última frase: “é preciso primeiro *ver* e em segundo lugar saber *dizer* o que se viu em estado de vigília ou em sonho” (p. 29).

Podemos ter uma imagem sem texto (por ex. “o desenho é sempre uma abstracção do real” (ib.), sabendo nós que “existem imagens verdadeiras de objectos impossíveis, o que mostra uma diferença de natureza entre o real e as representações que se podem produzir” (p. 30). Podemos ter também textos ilustrados por imagens (ex. publicidade; jogos de língua; jogos gráficos).

De sublinhar, “certas convergências nas representações” de sistemas gestuais (acompanhados ou não de fala), de ideogramas de línguas naturais, de certos sistemas simbólicos, ou ainda, relativamente aos resultados da análise sémica. Trata-se aqui, naturalmente, do domínio da conceptualização.

Cap. IV “À volta do signo linguístico” (pp. 33-46)

A operação de semiotização em LN (v. acima, percurso do enunciador) parte duma representação mental para a exprimir através de signos e de esquemas sintácticos duma dada LN: “cada representação mental é susceptível de ser manifestada linguisticamente de múltiplas maneiras”. As diferentes soluções linguísticas para um mesmo esquema conceptual estabelecem entre elas uma relação de parasonímia e constituem inventários não finitos, o que dificulta a tarefa da sua descrição (“o carácter não finito dos inventários onomasiológicos desencoraja os descritores” p. 34).

Começemos pela delimitação do “signo mínimo”. Apesar dessa delimitação depender da língua, podemos considerar, para as línguas indo-europeias: — o morfema ou “signo não analisável” (p. 34), “unidade de construção” (p. 38); — a palavra ou “unidade independente, ou unidade construída” (p. 38); — a lexia ou “sequência de palavras memorizada como signo individualizado” (p. 34) ou “unidade memorizada de funcionamento” (p. 38). A fraseologia integra-se neste último grupo (lexia). Alguns exemplos (adaptados ao português): — *morfema*: fauteuil, em, and-; — *palavra*: “fauteuil”, “fauteuils”, “em”, “andar”, “andamos”, “andariam”; — *lexia*: “fauteuil”, “em”, “andariam”, “no meio”, “juiz de paz”, “por extensão” e a *fraseologia*: “Tem de se lhe prestar justiça”, “preços que desafiam qualquer concorrência”.

Não podemos, no entanto, limitar-nos ao léxico duma língua, *léxico e gramática* são complementares, dado que “uma lexia arrasta um certo número de pressões semânticas ou sintácticas na sua vizinhança (recções, selecções, afinidades...” (p. 35). Os paradigmas gramaticais são considerados geralmente como séries finitas ou fechadas, enquanto os paradigmas lexicais constituem séries não finitas, abertas. Esta dicotomia, léxico, séries

abertas / gramática, séries fechadas, esbate-se e transforma-se num eixo contínuo que liga os morfemas lexicais (ou lexemas) e os morfemas gramaticais (ou gramemas), se considerarmos inventários lexicais reduzidos ligados a microsistemas semânticos (ex. “dia” / “noite”, “homem” / “mulher” / / “criança”) e inventários gramaticais alargados à morfossintaxe livre (ex. “o número de preposições, incluindo lexias complexas” p. 35). A história das línguas mostra-nos que há muitos casos de gramaticalização de lexias. Embora em número mais reduzido, existem também casos de lexicalização de palavras gramaticais.

Os paradigmas lexicais escolhidos para delimitar um *conjunto de experiência* (ex. “comer”, “almoçar”, “lanchar”, “jantar”, “cear”...) prestam-se a uma “análise sémica diferencial” (p. 37) que delimita os semas comuns ao conjunto das lexias e os semas específicos a cada lexia e que permite isolar o hiperónimo (que pode pertencer ou não à série lexical escolhida). De notar a dificuldade do estudo do conjunto das relações duma lexia (relações com outras lexias e com semas ou seja elementos de sentido: “uma lexia é um condensado de sentido, e qualquer glosa é uma paráfrase que em princípio não pode explicitar todas as componentes [desse condensado de sentido]” (p. 38).

Os signos linguísticos caracterizam-se pela sua pluri-univocidade, isto é, pela sua *polivalência*: “a correspondência biunívoca entre um signo e “um sentido” não existe em nenhuma língua. Aproximamo-nos [dessa correspondência] em casos muito particulares de linguagens altamente técnicas” (p. 40).

Podemos considerar diferentes tipos de polivalência dos signos: — “*polissemia natural*”, segundo a qual o signo reenvia a um mesmo esquema mental que se pode aplicar aos domínios espacial, temporal e nocional (ex. a preposição “em”: *na cidade*, domínio espacial; *no Inverno*, domínio temporal; *em greve*, domínio nocional); — “*usos metafóricos*”, em que há anomalia nas relações semânticas (ou seja, anisosseμία), tornam-se banais ao lado de usos isossémicos, isto é, em que há uma “harmonia semântica” entre as lexias. Temos assim, ao nível da língua, uma combinatória ortossémica (“uso não desviado do sentido imediato” p. 40) e uma combinatória metassémica (ex. comer — combinatória ortossémica: /alguém *comer* alimento/; combinatória metassémica: /qualquer coisa *comer* qualquer coisa/ “o fogão come muito carvão” p. 41); — “*a infinidade de paráfrases*”: “uma intenção conceptual pode ser dita de várias maneiras, indo da “palavra exacta” (o ortónimo) à perifraxe lúdica” (p. 42); — “*a poligrafia*”: o mesmo signo pode escrever-se de modo(s) diferente(s) modificando-se apenas a sua conotação: “cinco, 5, V...” (p. 42); — a *parassinonímia dinâmica*: retém-se o núcleo semântico

comum a várias lexias possíveis (ex. partir, sair, ir-se embora, bater com a porta, estão em relação parassinonímica); — *polissemia e homonímia*: “a homonímia é um caso de polissemia de que se não vê a motivação (esta visão pode variar nitidamente segundo a formação linguística dos interessados” (p. 43). Tanto em sincronia como em diacronia se pode constatar uma gradação entre casos de polissemia e de homonímia:

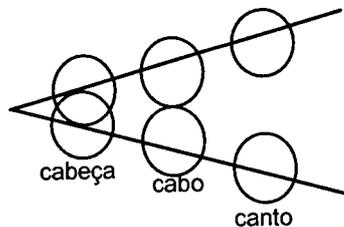


Fig. 3 — Polissemia e homonímia

Legenda:	cabeça (parte superior do corpo)	cabeça (de movimento)
	cabo (geográfico)	cabo (da vassoura)
	canto (da sala)	canto (do pássaro)

Quanto à *motivação dos signos*, podemos detectá-la: — em certas sequências gráficas (por ex. verbos de modalidade em -er (port.) / -oir (fr.) derivados da terminação latina -ere (ex. saber / savoir, poder / pouvoir, dever / devoir, valer / valoir, querer / vouloir, aperceber / percevoir); no isomorfismo significante/significado (a um aumento do significante corresponde frequentemente um aumento de elementos de sentido, ou semas, ex. vir / não vir; pensamos / pensávamos); — na motivação interna: neste caso é possível identificar os elementos da palavra (ex. dezoito, carnívoro); — na relação entre o núcleo sémico e o significante, como acontece com as línguas semíticas: a mesma raiz, portadora do núcleo sémico, está presente em séries derivacionais; — em motivações metafóricas, por exemplo de base antropomórfica como em “o tronco da árvore”, ou com base na tecelagem como “perder o fio [da conversa]”, “cortar a palavra”; — em jogos de retórica (reveladores da “necessidade de distanciamento do que é sentido como banal ...”) (p. 46).

Cap. V “Os modelos semânticos” (pp. 47-58)

Aos linguistas não bastam nem figurações icónicas demasiado próximas da realidade (B. Pottier postula “a abstracção necessária a um nível conceptual utilizável” p. 47) nem relações matemáticas cujos elementos são

unívocos, ao contrário das línguas naturais em que a polissemia dos termos é sempre possível (“o jogo semântico é constante na prática da linguagem” p. 47).

Partindo do *quadrado da lógica* clássica e do *quadrado semiótico* (que se inspira no quadrado lógico) com os seus quatro pólos equidistantes, contrários ou contraditórios, B. Pottier propõe uma “disposição cíclica [que] permite seguir melhor as evoluções que caracterizam a experiência do mundo... O ciclo permite seguir tantas etapas do processo quantas queiramos” (p. 52-53). Assim, aos “termos polares pontuais” do quadrado, acrescentam-se no ciclo “termos medianos e vagos” (p. 50). Uma outra representação, segundo o *modelo dos conjuntos* projectado num eixo contínuo, retoma o quadrado, acrescentando-lhe zonas de assimetria.

Quanto ao *esquema dinâmico binário*, do Universal ao Particular e do Particular ao Universal, de Gustave Guillaume, B. Pottier projecta-o num *eixo de referência contínuo* (“estes eixos de referência contínuos são abundantemente utilizados pela escola de Colónia...” p. 57), alargando-lhe o limiar e transformando-o num esquema trimorfo (“inclui as duas tensões do esquema guillaumiano, mas o limiar é alargado, mantido, o que permite ter três momentos notáveis deste cinetismo em séries extremamente variadas mas homólogas”). Por ex. o trimorfo (v. Figura 4):

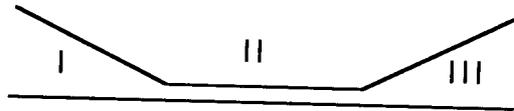


Fig. 4 — O trimorfo (p. 57)

Legenda: I aproximação II presença III afastamento

O contributo do matemático René Thom com a sua *Teoria das catástrofes* (descrições geométrico-algébricas e esquemas) é considerável. B. Pottier explora a Teoria das catástrofes com vista “à representação mental dos eventos, sub-categorizando os esquemas, enriquecendo-os, a fim de elaborar uma grelha mais próxima da complexidade das realizações da linguagem” (p. 58).

A 2.^a parte (cap. VI - VIII) — “Conceptualização e Universais” — apresenta primeiramente as diferentes etapas que conduzem da percepção à conceptualização (esta operação precede a operação de semiotização) e, em

seguida, a distinção entre conceitos, noemas e universais e sua exploração linguística; por fim, apresenta a caracterização dos componentes do evento — entidade e comportamento —, a distribuição dos eventos em áreas, suas representações em esquemas analíticos e orientações para a sua exploração linguística.

Cap. VI “Da percepção à conceptualização” (pp. 61-69)

“O mundo referencial” designa tanto aquilo que vejo realmente com os meus olhos, como o que ouço realmente com os meus ouvidos, como aquilo a que me refiro na minha memória ou no meu imaginário” (p. 61). A percepção, de carácter dinâmico, isola um certo número de formas *salientes* num conjunto de formas *latentes*. Se certas formas salientes tomam um interesse particular, elas tornam-se *pregnantes*. Temos assim três graus de percepção que B. Pottier representa num eixo contínuo:

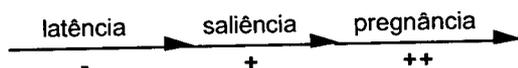


Fig. 5 — Graus de percepção (p. 61)

Há casos de más interpretações de discursos, devidas à adopção, consciente ou não, de um filtro selectivo, isto é, de um “filtro prenante”.

A percepção conduz à conceptualização, isto é, ao “estabelecimento duma representação mental que estará na base duma escolha semiológica: LN, desenho, gesto” (p. 62). A memória “desempenha um papel essencial na conceptualização... notável dom de abstracção” (p. 63). As hierarquias de conceptualização revelam-se nas variantes dos discursos emitidos (ex. reconhecimento de formas: cruces em forma de círculo”; “um círculo feito de cruces” (p. 64); reconhecimento do sentido: os discursos parassinonímicos são considerados como equivalentes a um nível abstracto, independente das LN).

O *modelo prototípico* corresponde a uma abstracção a partir de uma infinidade de ocorrências específicas, oferecendo “um compromisso entre o demasiado geral e o demasiado particular... assim... o sol será redondo e não meio escondido por uma nuvem” (p. 66). A metonímia (ex. Paris representado pela Torre Eiffel) e a metagrafia (ex. a cabeça e os pés” para designar os intelectuais e os desportistas” ib.) têm como fundamento um sentimento prototípico. Um outro exemplo de prototipos, fixados pela língua, encon-

tramo-lo em “comparações generalizantes”: ex. estar cheio como um ovo; comer como um passarinho.

A *metaforização* pode ter um esquema mental subjacente como, por exemplo, a relação de proximidade (ex. “a aproximação entre Paris e Roma”). “Qualquer língua lexicalizou imagens que, sob uma forma culturalizada, evocam comportamentos gerais” (p. 67) (ex. port. “ir direito ao essencial” / “aller droit au but”. Um exemplo de correspondências culturais (p. 68):

<i>arte românica</i>	<i>arte gótica</i>
arredondada	ponteaguda
tolerância	agressividade
doçura	força
maternal	paternal
(yin)	(yang)”

A memorização, a partir duma dada LN, torna-se independente dessa língua (“Pode acontecer que depois de termos ouvido um discurso, do qual compreendemos muito bem o sentido, não possamos dizer em que língua terá sido pronunciado”, Descartes, *Traité de la Lumière*, 1664). Em sentido inverso, partindo de algo memorizado, “a liberdade do enunciador intervém a todos os níveis [percepção, conceptualização, semiotização], naturalmente nos limites das possibilidades psicofisiológicas à partida, semióticas à chegada” (p. 69, cf. p. 61).

Cap. VII “Conceitos, noemas e universais” (pp. 70-90)

Apesar da variedade de línguas, há características comuns a todas elas. Nenhuma língua é “atípica”. “Se o léxico deve ser estimado em função da adequação ao meio, a sintaxe apresenta grandes traços que se encontram, sob formas variadas, um pouco por todo o lado” (p. 70). Tem havido tentativas de etnolinguistas e de linguistas para estabelecer conceitos fundamentais ou “primitivos”, por vezes, segundo B. Pottier, demasiado ligados às LN. O Autor sublinha o interesse de “partir de categorias gramaticais “inevitáveis”, para lhes fazer corresponder uma palavra da língua com valor metalinguístico. “Incoativo” é uma componente do desenrolar dum processo, mas não pode corresponder a “become” que evoca a passagem dum estado 1 a um estado 2” (p. 71).

Assim, B. Pottier distingue: conceitos gerais (CG) ou, simplesmente, “conceitos”, relativos aos seres, às coisas, às propriedades e às actividades “inevitáveis” (englobam os seres e as coisas do mundo (percepções discretas do mundo), assim como as propriedades e as actividades inevitáveis (experiências comuns aos humanos) p. 71 — de notar que, além da “experiência comum”, há uma “componente cultural” (p. 72) — e os conceitos universais (CU) ou “noemas” (p. 78), isto é, “representações relacionais abstractas da experiência, mas cujas marcas linguísticas tomam formas muito variadas nas LN” (p. 71). A gramática é entendida como “abstracção generalizante da experiência humana” (p. 72).

Os “campos de aplicação” espacial, temporal e nocional, têm como ponto de referência o EGO (p. 73). Assim, temos uma imagem mental comum que se aplica ao espaço, ao tempo e ao campo nocional (ex. [⊗] em / na casa, na manhã (de segunda feira), na dúvida, p. 73). O termo “topologia” aplica-se aos três campos (espacial, temporal e nocional, p. 74). “A figura noémica (noémia) espacial mais geral, variante do esquema trimorfo (v. acima, cf. p. 57),



Fig. 6 — Figura noémica espacial (p. 74)

permite estudar as variantes conceptuais de cada uma das zonas. Por exemplo, para a zona da aproximação, aproximação “com ou sem contacto, com movimento interrompido ou não... A interioridade/exterioridade tem variantes... e levanta o problema dos limites” (p. 75).

A noção de POTÊNCIA + ou – (entidade dotada ou não de POTÊNCIA) — QUEM faz o QUÊ — “funda a relação actancial nuclear em torno da qual se organizam as diateses, os sistemas casuais, os eixos de actância e de dependência”(p. 75). É necessário não esquecer que o enunciador” não é um simples descritor do mundo”, ele interpreta e “manifesta linguisticamente a sua reacção pessoal”, isto é, modaliza o seu discurso.

São quatro as “grandes categorias modais universais”: “alética: independência do EU; epistémica: o pensamento do EU; factual: o fazer do EU; axiológica: o julgamento do EU” (p. 76).

“Encontram-se outras relações através das línguas como a de ‘núcleo/periferia’ (actância primária/actância secundária; semas específicos e

genéricos/semas virtuais) ou ‘continente / conteúdo’ (ex. ... colher / colhe-rada)” (p. 77).

O noema, ao nível mais abstracto, está apto a tomar valores específicos, segundo o “campo de aplicação” (espacial, temporal, nocional e modal). São representados os noemas de interioridade, de aproximação e de transposição (v. p. 78). “Um *noema* aparece pois como uma relação abstracta universal subjacente às operações semânticas gerais das línguas, e é visualizável a fim de se aproximar o mais possível da intuição duma representação mental par-tilhada” (p. 78).

As línguas que se caracterizam pela ordem “lexema + gramema” seguem a “*naturalidade*” que consiste em as ideias precederem as formas em que se vão exprimir. Do mesmo modo, do ponto de vista da “cronologia do pensamento”, “numa dada combinação um dos termos tem de ser necessaria-mente concebido *antes* dos outros. O segundo acrescenta uma informação ao primeiro” (p. 81) (ex. /gato/← /cauda/; /chocolate/← /gostar/; /sair/← /rapi-damente/). Do ponto de vista da modalização trata-se de algo que se acres-centa, que se aporta ao suporte proposicional. Temos então uma relação “suporte← aporte” (fr. “support← apport” (p. 83). O Autor apresenta, em seguida, “alguns comportamentos de discurso”.

Há que distinguir os níveis conceptual, sintáctico e pragmático. Ao nível conceptual, fala-se de “agente do evento”; ao nível sintáctico, de “sujeito do enunciado”; ao nível pragmático, de “tema intencional”. No caso do “agente”, estabelece-se uma relação orientada de /+POTÊNCIA/→ /-POTÊNCIA/; no caso do “sujeito”, este encontra-se na maior parte das línguas (95%) antes do objecto (com efeito, o sujeito gramatical manifesta frequentemente o agente). Quanto ao “tema intencional” ele serve de suporte a um rema, isto é, algo que se lhe acrescenta (um “aporte”), segundo a fina-lidade do discurso do enunciador. Daí que em muitas línguas a repartição preferida seja tema+rema (a finalidade principal da mensagem é expressa em posição de rema). O “resultado discursivo” não respeita necessariamente a “cronologia do pensamento” nem “a ordem do modelo de língua” (ex. “o peixe, o gato viu-o bem” (p. 89)).

A ordem conceptual ANTES DEPOIS está subjacente à anáfora, “pro-cesso que permite a um termo (anaforizado) ser retomado no discurso por um outro termo (anaforizante). Note-se que para B. Pottier a catáfora não corresponde à relação inversa, pois consiste unicamente na “manifes-tação linear antecipada do anaforizante (ex. não o conheço, o teu filho)” (p. 89).

Cap. VIII “O evento” (pp. 90-117)

Duas noções constitutivas da noção de evento, a *entidade* (E) e o *comportamento* (C), são ilustrados por uma passagem de Lewis Carroll: “O gato desapareceu lentamente, começando pela ponta da cauda e terminando pelo sorriso, que continuou a pairar no ar algum tempo depois de tudo o resto ter desaparecido. Pois bem! Vi muitas vezes um gato sem sorriso, pensou Alice, mas um sorriso sem gato... Nunca vi coisa mais estranha na minha vida...” B. Pottier comenta: “falar de “sorriso” implica um ser ao qual se vai aplicar esse comportamento. As entidades discretas do mundo podem ser caracterizadas por comportamentos múltiplos” (p. 90). Assim, o “evento elementar” relativo ao par / ExC / pode revestir as formas canónicas seguintes (v. p. 91):

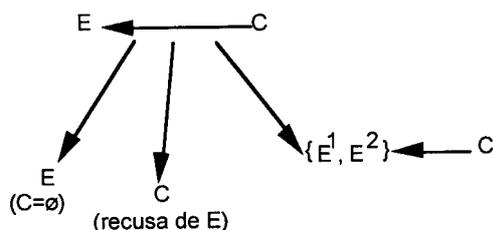


Ilustração em língua natural (português):

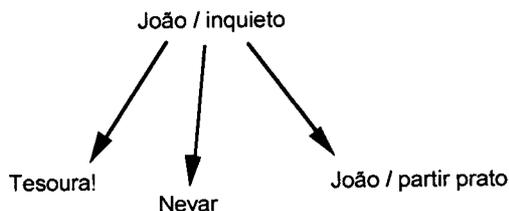


Fig. 7 — Evento elementar

Chegamos assim à noção de “propósito” (fr. *propos*) definido como “conjunção de base teoricamente desligada dos alvos (fr. *visées*) múltiplos que o enunciador poderá aplicar-lhe” (p. 92). A esta construção teórica, base mínima, acrescentam-se as “formulações” que correspondem ao “conjunto de opções do enunciador, umas “expressas obrigatoriamente (morfologias ligadas), outras facultativamente (morfologias livres)”. Assim, ao nível discursivo, o “propósito” aparece quase sempre acompanhado de “formulações”.

As línguas naturais oferecem múltiplos exemplos de graus de integração (entidades primárias ex. cão (E); entidades secundárias integradas,

ex. cão bravo (E C1), cão bravo que pertence ao João (E C1 C2); entidades designadas por um evento, ex. passa-montanha (espécie de boné); autonomização de “propósitos” complexos (por exemplo através da nominalização ex. o facto de João não ter conseguido chegar a horas ← é inquietante (v. ex. p. 93-94).

As componentes essenciais do “evento”, representadas visualmente através do “esquema analítico” (fr. schème analytique) — B. Pottier inspira-se nas representações de catástrofes do matemático René Thom — estão na base das “áreas do evento” (fr. aires événementielles), “suporte semântico de vocação universal” (p. 97), ao qual reenviam as especificidades das línguas naturais.

As “áreas do evento” são cinco e organizam-se a partir da “entidade”. Temos assim as áreas da “existência” (ex. eis um cão), da “propriedade” (ex. ele é branco), da “actividade” (ex. abana a cauda), da “localização” (ex. está em cima do tapete), e da “cognitividade” (“domínio das sensações, da intelecção, da modalização” (p. 95) ex. conhece o seu nome):

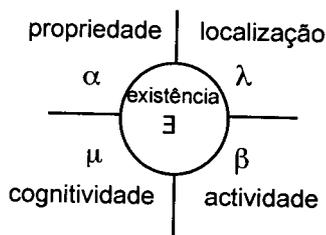
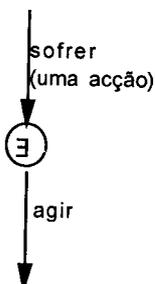


Fig. 8 — Áreas do evento (p. 96)

“A entidade de base situada ao centro pode ser afectada por uma propriedade [ex. sou guloso] ou ser o ponto de partida duma actividade [ex. eu como muito]” (p. 96) (donde o eixo horizontal ser → $\textcircled{\exists}$ fazer →); ela pode ser paciente ou agente duma acção, donde o eixo vertical:



Daqui resulta a “rosácea dos possíveis” (p. 97):

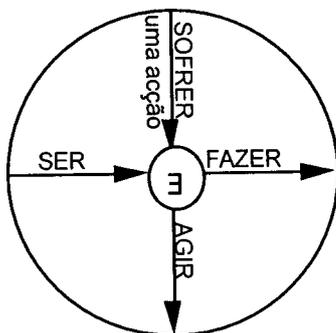


Fig. 9 — Rosácea dos possíveis

Cada área se desenvolve entre dois pólos. A área α (propriedade) desenvolve-se entre o pólo mínimo (simple caracterização estática) e o pólo máximo de actividade (afecção máxima), papel de paciente, dito “passivo” (p. 99), “caso limite da variável agente na área α das propriedades” (p. 100).

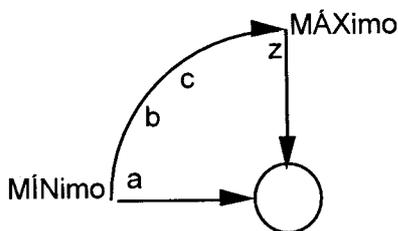


Fig. 10 — Arco da variável “passivação”

- Legenda
- a = atribuição puramente descritiva
ex. João é louro; ele cresce
 - b = atribuição condicionada
ex. João está inquieto (com os acontecimentos); ele inquieta-se
 - c = atribuição ligada a um outro actante
ex. João está acompanhado de sua mulher
 - z = atribuição com agente
ex. João é agredido por bandidos

A área λ (localização) diz respeito aos “domínios espacial (E), temporal (T) ou nocional (N)” (p. 101). Tal como relativamente à área α , encontra-se aqui o “grau de agentividade” (p. 102).

Daí uma “simetria entre as áreas α e λ ” (ex. João foi perseguido/pelo cão (λ); João foi ferido/pelo cão (α)). “São numerosas as línguas, que exprimem a “posse” pela localização pessoal” (p. 103) ex. fr. ceci est à vous — isto é do senhor.

A área β compreende uma gradação de actividades involuntárias (ex. ele respira) e voluntárias (ex. andar).

A área μ , a da “cognitividade”, “engloba a percepção pelos sentidos e todas as actividades intelectuais” (p. 105). O pólo do ter/saber aproxima-se da área α , a da “propriedade” ex. ter carro, (tipo de saber normalizado culturalmente); o pólo dos sentidos e da intelecção aproxima-se da área β , a da “actividade” (ex. contacto μ/α : ter satisfações/ estar satisfeito; contacto μ/β : ler o jornal/ cortar o jornal, p. 106). De notar que muitos verbos de sensação e de intelecção como “ver”, “sentir”, adquirem um valor modal ex. vejo o João → vejo que não tens razão; sinto barulho → sinto que me vou abaixo (p. 107). Há, no entanto, numerosos lexemas que têm já à partida um valor modal (ex. querer, poder, dever, valer, convencer, lamentar, dissuadir... p. 107).

Para exprimir a “rosácea dos possíveis” o enunciador tem ao seu dispor uma “multiplicidade de escolhas predicativas”, segundo “as possibilidades formais da sua LN” (“polissemiose”)... “A LN oferece soluções parassinónicas, por conseguinte semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes do ponto de vista semântico” (p. 107). Por ex.:

a = esta cerveja contém álcool	(cf. localização)
b = » » é alcoolizada	(cf. propriedade)
c = » » cheira a álcool	(cf. cognitividade)

Centremo-nos agora na noção de “comportamento”. Do ponto de vista da sua representação mental podemos distinguir o estatuto “ESTATIVO” (“permanência no tempo sem que se encare uma mudança”, identidade do processo em dois instantes, t_i e t_j , ex. neva, passeio, escrevo) e o “EVOLUTIVO” (“marca uma mudança lenta ou não”, ex. deixou de nevar, levanto-me) (p. 108). Não se deve no entanto esquecer que, “face à não permanência das coisas do mundo, podemos dizer que tudo é mudança, evolução e que o ESTATIVO não é senão uma “paragem da imagem” dum EVOLUTIVO de base” (ib.). Por outro lado, “uma mudança pode ser natural (isto é, não sugerir causação) ou provocada. Neste caso, um causador pode desencadear o evolutivo: é o CAUSATIVO” (ex. o guarda fez-me sair do jardim; o barulho do motor acordou-me) (p. 109).

Da combinação das cinco áreas do evento e dos três estatutos do comportamento resultam quinze configurações gerais exemplificadas aqui por lexias do português (v. quadro p. 110):

ESTATIVO (existência) \exists o problema existir (propriedade) α X estar frio (actividade) β X dançar (localização) λ X estar próximo de L (cognitividade) μ X saber o nome	EVOLUTIVO o problema levantar-se X arrefecer X pôr-se a dançar X aproximar-se de L X esquecer o nome	CAUSATIVO C levantar o problema C arrefecer X C fazer dançar X C aproximar X de L C fazer conhecer o nome a X
---	---	--

Estas configurações de base são representadas visualmente através de “esquemas analíticos” (a entidade é representada por uma linha (v. p. 110-111). Por exemplo:

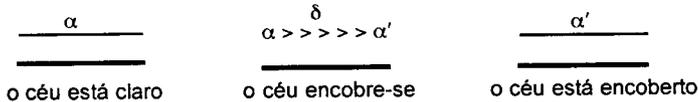


Fig. 11 — Esquemas analíticos de base

Neste caso, α e α' representam propriedades, δ a mudança.

O esquema analítico da troca (fr.schéme analytique de l'échange) é o seguinte (p. 112):

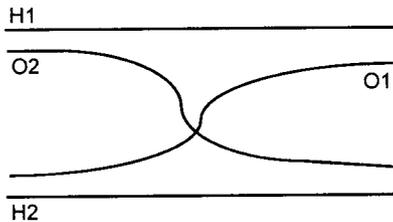


Fig. 12 — Esquema analítico da troca

Se retivermos este esquema reduzido, teremos (ib.):

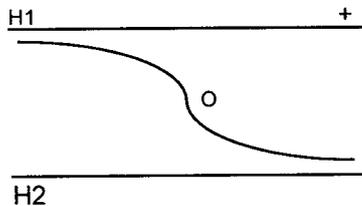


Fig. 13 — Esquema analítico reduzido da troca

Esta esquema será válido, por exemplo, para: “H1 dar notícias (O) a H2”; “H1 dar a conhecer (O) a H2”.

Retendo “a morfologia do evento” (p. 113), teremos o seguinte esquema analítico:

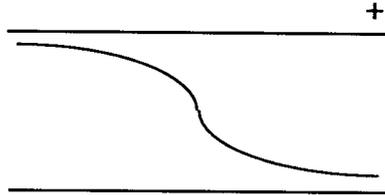


Fig. 14 — Esquema analítico do transfert

No caso de transfert de localização, teremos uma versão da área λ ; por ex. João põe o livro em cima da mesa; João entrega o livro ao professor; e uma versão da área μ (transfert baseado num saber); por ex. A dar informações a B (p. 114).

Os tipos de esquemas analíticos são apresentados num quadro cujas entradas são as cinco áreas do evento e os estatutos do comportamento (v. p. 116-117).

Tomando como exemplo a entrada \exists (existência), teremos (p. 116):

ESTATIVO	EVOLUTIVO			
SER/ESTAR	APARECER	DESAPARECER	continuidade	descontinuidade
\exists — existir	— nascer	— morrer	>>>>	1 2
haver		perder a vida	formar-se	
== coexistir	>>> aparecer	>>>> desaparecer		explodir
	— /	— \ fusão		→>>—
	fissura			transformar-se
CAUSATIVO	construir	matar	elaborar	fazer explodir
	criar	apagar		transformar
	pôr um problema	destruir		
		misturar		

Quadro 1 — Área da existência e estatutos do comportamento

A visualização dos componentes essenciais do evento através de esquemas analíticos, permite dar conta, ao nível conceptual, das mais variadas realizações linguísticas.

3.^a parte (Cap. IX - X) “O pôr em esquemas” (fr. La mise en schèmes)

Cap. IX “A semiotização” (pp. 121-133)

“A escolha dos signos numa LN supõe uma dupla adequação: — referencial [relação do signo com o mundo real ou imaginário]; — estrutural” [relação do signo com os outros signos da língua] (p. 121).

A designação pode ser imediata (ortonímia) ou mais ou menos mediata — “o enunciado” toma as suas distâncias relativamente à ortonímia” (p. 123) — (peronímia, isto é, “circuitos discursivos abertos”, metáfora, ou seja, “associação mental (imaginar)”, metonímia, isto é, “ligação referencial (ver)”). A designação das entidades presta-se mais do que a designação dos comportamentos a uma “designação previligiada, *imediata*, numa situação, num envolvimento bem determinados” (p. 123).

A operação enunciativa de escolha de lexemas é representada através do “esquema de entendimento” (SE), fr. “schème d’entendement”: “A solução lexical adoptada para exprimir um comportamento conduz à “presença necessária duma certa qualidade de participantes semânticos” (p. 126). Por exemplo, “comer” supõe “uma transitividade inerente ao conceito” (p. 127), //E1 +, E2//, mas, segundo as línguas, o paciente (E2) pode ser expresso ou não. Temos assim um módulo actancial, ao nível do conteúdo, no qual o Autor distingue três zonas: “zona 1: o núcleo modular; zona 2: os participantes sugeridos; zona 3: os circunstantes, sempre possíveis” (p. 128). Um mesmo lexema pode ser polimodular, pois “entra frequentemente em vários SE.” Por ex.:

//E//: mexer 1	ex. o João não pára de mexer;
//E (əe)//: mexer 2	ex. o João mexe a cabeça;
//E1+, E2//: mexer 3	ex. o João mexe o molho.

Ao lexema está associado um SABER que o enunciador actualiza em diferentes graus. “Pode dizer--se que, em potência, um lexema de comportamento compreende uma *nuvem de possíveis* que serão mais ou menos actualizados sobretudo através das escolhas actanciais e aspectuais” (p. 129).

A noção de módulo actancial, ligada ao lexema aplica-se, por conseguinte, às diferentes categorias morfológicas que actualizam o lexema (verbo,

adjectivo, substantivo, etc). A sintaxe estuda as construções decorrentes dos módulos (ex. A pensa em B: ele pensa nele; A assusta B: ele assusta-o) (p. 130).

A escolha dos lexemas (“lexemização”) representada como vimos, pelo esquema de entendimento (SE), resulta numa hierarquização, feita pelo enunciador, dos componentes conceptuais do esquema analítico (SA). Por exemplo, a partir do modelo conceptual (p. 132): latim: C docere pueros grammaticam; inglês: John gave Mary a book:

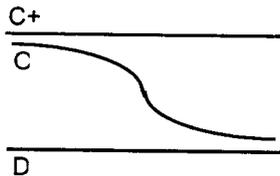


Fig. 15 — Modelo conceptual de um esquema analítico

Obtêm-se, entre outras possibilidades, os esquemas de entendimento (SE): “C entregar O/a D”; “D receber O/de C”; “C informar D/de O”; “D ser informado/de O por C”; “C proceder ao envio/de O/a D”; “O ser enviado/a D/por C”; “O ser objecto de envio/de C a D” (pp. 132-133).

Cap. X “O percurso diatético” (pp. 134-153)

O esquema analítico, tal como uma figura geométrica triangular, pode ser percorrido a partir de diferentes pontos de partida, ou seja, a partir de diferentes “bases”. A operação que consiste na escolha da base do percurso diatético é representada pelo “esquema predicado” (fr. schème prédiqué) (SP) e decorre do “esquema de entendimento” (SE), isto é, da escolha dos lexemas. Assim, “SP = Base/Predicado” (p. 135), ou seja, é escolhida uma *base*, sendo o resto o *predicado*.

Se escolhermos o lexema de “trocar” (ou “vender”, ou “comprar”), (SE), teremos diferentes (SP), consoante a base escolhida: BASE/PREDICADO.

H1 / troca com H2, O1 por O2
 H2 / » » H1, O2 por O1
 O1 / é trocado por H1 com H2 por O2
 O2 / é trocado por B com A por O1 (p. 142).

A diatense pode ser *directa* ou *indirecta* (em certos casos, *mediana*). Pondo em relação a diatense e as áreas do evento, teremos:

Áreas	Diatense	
	<i>Directa</i>	<i>Indirecta</i>
	Base/Predicado	Base/Predicado
localização (λ)	localizado/localizante ex. há leite no pote	localizante/localizado ex. esse pote contém leite
cognitividade (μ)	EU/objecto da cognitividade ex. eu gosto deste vestido	objecto da cognitividade/EU ex. este vestido agrada-me
actividade (β)	+Potente/-Potente ex. Pedro abre a porta	-Potente/+Potente ex. a porta é aberta pelo Pedro
propriedade (α)	Entidade/propriedade ex. João está inquieto	propriedade/entidade a inquietação do João

Há também casos de diatense *mediana*: ex. viu-se o centro das atenções, fr. “il se voit remettre O par A” (p. 138).

“Todos os esquemas predicados (SP) se manifestam através das construções sintácticas de língua, dos *modelos frásticos* que chamamos *sintaxias* memorizadas (competência)”. As sintaxias caracterizam-se por “relações intercasuais” do tipo (p. 148):

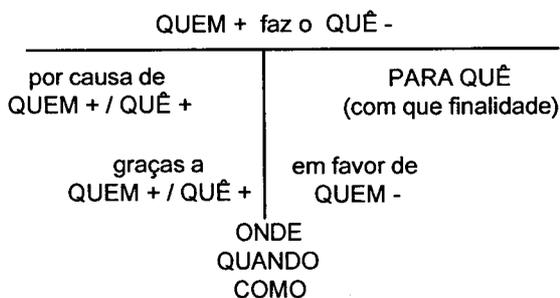


Fig. 16 — Relações intercasuais

A tríade de base é (p. 149):

+	-
\emptyset	

de que poderá resultar em línguas naturais:

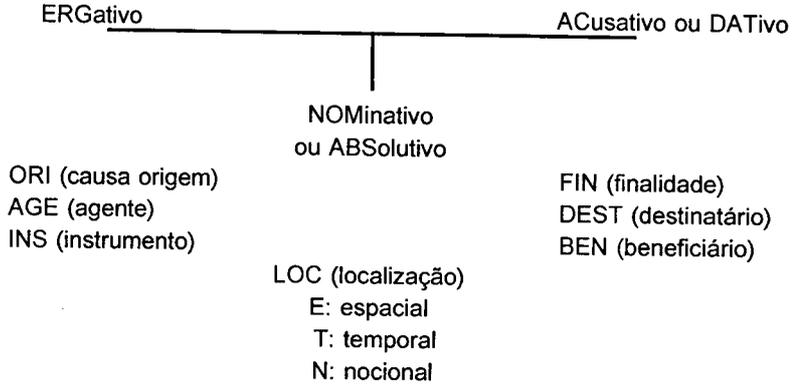


Fig. 17 — Exemplo da tríade de base em línguas naturais

Nas línguas naturais, o nível estritamente formal não é suficiente para abordar o estudo das *vozes*, pois a “natureza das entidades e da sua inter-relação é essencial” (p. 150). Por ex., “A ter medo”, temos uma entidade: “A”, enquanto em “A ter dois carros”, temos duas entidades: “A” e “dois carros” (ib.).

As transformações em EXISTENCIAL e em EQUATIVO em línguas como o francês e o português, assim como a substituição hiperonímica, permitem-nos captar as relações semânticas subjacentes. Observemos os exemplos seguintes (p. 151):

- O João abre a porta : Há o João que abre a porta
 O carteiro passa : É o carteiro quem passa
 É noite : O facto é que é noite
 Irei vê-lo 2.^a feira : 2.^a feira é o dia em que o irei ver
 Trabalharei no jardim : O jardim é o lugar onde trabalharei.

O Autor reenvia para a apresentação detalhada das vozes na sua obra anterior “Théorie et Analyse en linguistique” (pp. 121-144) e afirma que “cada língua põe em forma as grandes relações semânticas de predicação com as suas próprias soluções” (p. 151).

Para línguas como o francês — e o português — podem considerar-se as vozes seguintes (p. 152):

—“a voz existencial (EXI), que apresenta uma entidade”

ex. eis um autocarro

—“a voz equativa (EQU), que diz de novo uma entidade”

ex. Paris é a capital da França

—“a voz descritiva (DES), com as suas variantes”

ex. O João é encantador (relação atributiva)

O João é ferido pelo rato (relação atributiva “passiva”)

O João passeia (relação intransitiva)

—“a voz situativa” (SIT), de localização”

ex. O João entra na cidade

—“a voz subjectiva” (SUB) que vai da posse externa (ex. o João tem duas moradias) aos sentidos (ex. ele olha para a Maria) e à intelecção (ex. ele crê que sim).

Quanto à relação CAUSATIVA (“fazer com que”...) acrescenta-se às vozes apresentadas: “EXI: O Carlos desenha um gato; EQU: O Carlos nomeou o João secretário geral; DES: O Carlos adormeceu a criança; SIT: O Carlos fê-lo chegar à margem; SUBJ: O Carlos convenceu-o” (p. 153).

4.ª parte (cap. XI-XV pp. 157-223) “Os alvos enunciativos” (fr: “Les visées énonciatives”)

“Ao esqueleto informativo do PROPÓSITO (fr. propos), representado ao nível conceptual, pelo “esquema analítico” (SA), aplicam-se os alvos enunciativos expressos, num grande número de línguas, através da morfologia gramatical. Os alvos enunciativos distribuem-se pelos domínios semânticos seguintes: ACTÂNCIA e DETERMINAÇÃO; ASPECTO e TEMPO — domínios intimamente ligados — e MODALIDADE, domínio que se aplica aos outros quatro.

De notar que estes alvos enunciativos podem ser expressos através do próprio léxico. Por exemplo (p. 158): bonito: Axiologia (modalidade subjectiva); égua: sexo (propriedade de determinação); multidão: número (propriedade de determinação); rebentar: pontualidade (Aspecto).

O esquema resultativo (SR) (fr. schème résultatif), tem em conta a projecção dos diferentes alvos enunciativos no “esqueleto informativo” (SA) e corresponde à fase terminal de geração do texto.

Cap. XI “A determinação” (pp. 159-169)

A determinação engloba “a deixis e o grau de determinação qualitativa e quantitativa que é necessário atribuir às entidades e aos comportamentos” (p. 159). “A deixis implica antes de mais a *peessoa*, e os três campos semânticos possíveis de referenciação: espaço, tempo, noção” (p. 159) (eu, aqui, agora, assim). O Autor propõe um “eixo de despersonalização” (p. 160) com exemplos de correspondência em francês (aqui em português):

	EU	TU	humanos	coisas	nem um nem outro
port.	eu	tu	ele, ela	ele, ela	∅ impessoal
	meu	teu	dele, dela	dele, dela	disso
				disso	

Fig. 18 — Eixo de despersonalização

De notar que a “relação de ‘posse’ pessoal se manifesta muitas vezes por uma marca ligada aos pronomes pessoais: fr. ‘le couteau est à *moi*, c’est *mon* couteau” (p. 161). “A referência espacial (E) organiza-se à volta do ponto de referência E_0 , aqui, onde eu estou” — podendo a extensão de “aqui” variar — “a referência temporal (T) tem por centro o instante de enunciação (T_0)”; “a referência nocional funda-se na coincidência (“assim”) ou não coincidência (“de outro modo”) e desempenha um papel fundamental na argumentação (interrelações nocionais: “Se A, então B”, por exemplo)” (p. 162).

Um quadro da combinatória E/T/N (p. 164) apresenta diferentes soluções linguísticas. Por exemplo, para a negação total: ninguém (entidade humana), nada (entidade não humana), em parte alguma (E), nunca (T), de modo nenhum (N).

A determinação, de carácter gradual (ex. pólos do eixo: “eu”/“tudo isso”), pode revestir propriedades definidoras de uma entidade tais como: “o sexo, a natureza (discreta: um lápis; maciça: a água...), a dependência (os braços de X), o classificador (singulativo: um grão de areia, uma gota de água, um bocado de açúcar; colectivo: um ramo de flores...; apresentativo: um novelo de lã...)” (p. 165).

Quanto ao processo, “é sensível à oposição” (ib.):

Virtual	/ Actual
Genérico	/ Específico
SABER	/ VER

ex. ele dança (sabe dançar)	ele dança! (estou a vê-lo dançar).
--------------------------------	---------------------------------------

Do ponto de vista da argumentação, é de considerar a oposição (p. 166):

global	parcial
não pressupõe	pressupõe P
ex. se chegar a Nice...	quando chegar a Nice...

“A determinação quantitativa pode ser incidente a diferentes elementos lexicais” (p. 167):

	alguém	escrever	carta
	(i)	(ii)	(iii)
(i)	várias pessoas	escreveram	uma carta
(ii)	ele	escreveu várias vezes	uma carta
(iii)	ele	escreveu várias	cartas.

As entidades são qualificadas pela pluralização. “A totalidade pode ser expressa por uma singularização percorrendo o conjunto (cada eleitor, cada um dos eleitores) ou por uma singularização supondo somente o conjunto (todo o eleitor)” (p. 168). Os processos podem ser quantificados, em línguas como o francês e o português, analiticamente (ex. vou lá três vezes/muitas vezes); por meio de prefixos (ex. rever), de sufixos (ex. saltitar). Quanto à “correlação quantitativa/qualitativa exprime-se pela comparação” (p. 169) objectiva ou subjectiva.

Cap. XII “A actância” (pp. 170-183)

“Os diferentes participantes semânticos dum evento podem ser chamados ACTANTES” (p. 170). Neste capítulo o Autor tece considerações semânticas relativas às propriedades semânticas dos actantes, as suas relações e

Os limites do processo estão ligados ao SABER. “As línguas desenvolveram várias estratégias para dar limites ao processo” (p. 191).

A “determinação espaço-temporal” pode fazer-se através de partículas (ex. correr (através da cidade)/percorrer (a cidade), voar (por cima da cidade) /sobrevolar (a cidade) (ib.); ou de qualquer outra precisão circunstancial (ex. correr *até a ponte*, leu *durante duas horas*, foi a pé *até o porto*, envelheceu *a partir dos 40 anos...* p. 192).

“A determinação do paciente: a passagem do genérico ao específico, do virtual ao real, traz limites ao processo; ex. eu gosto de escrever/eu escrevo *duas cartas* e vou-me embora. Trata-se da *projectão* dos limites do objecto sobre o processo:

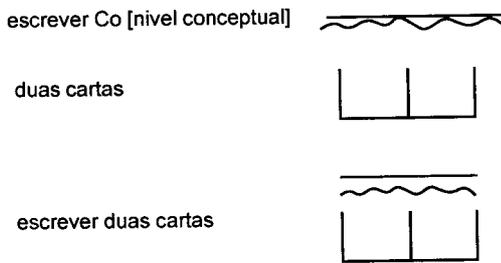


Fig. 19 — Projectão dos limites do objecto sobre o processo

“E indispensável não confundir o aspecto inerente ao *lexema* e o aspecto do *evento* comunicado” (p. 192).

Os alvos aplicados ao processo. No caso de o processo ser evolutivo pode encarar-se o seu desenrolar em diferentes fases, das quais podemos destacar: 1. prospectivo (ex. vou fazer); iminente (ex. estou mesmo para partir); 2. incoativo (ex. começa a estar frio); 3. cursivo (ex. ele está a cantar); 4. terminativo (ex. acaba de escrever); 5. resultativo (ex. ei-lo que chegou) (p. 193).

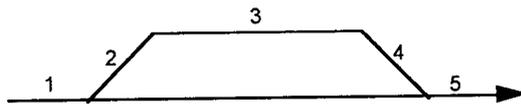
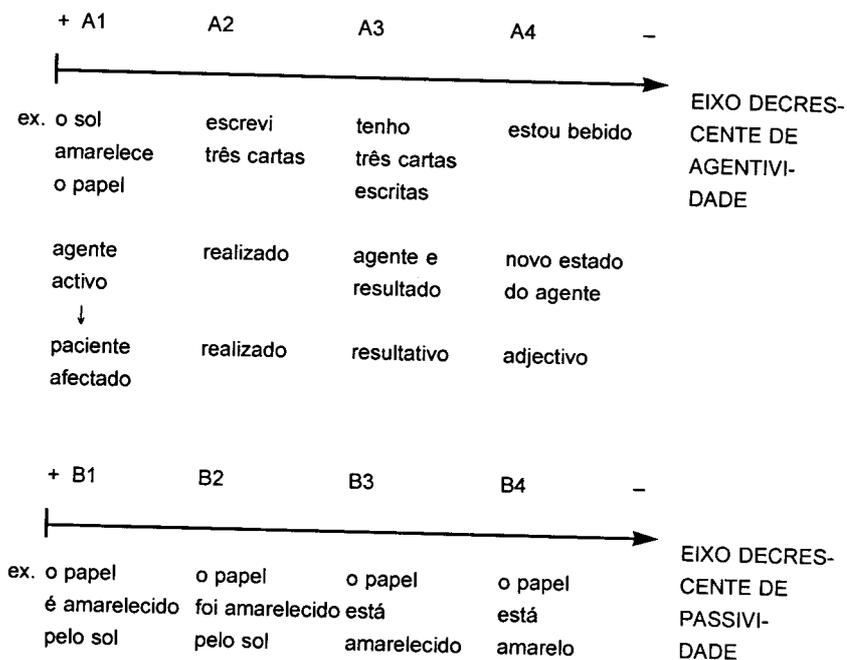


Fig. 20 — Fases do desenrolar do processo

De notar que as partículas aspectomodais tais como *ainda*, *sempre*, *já*, *já não* participam na expressão do desenrolar (p. 194). O termo “realizado” (fr. “accompli”) designa o post global do evento considerado” (ib.) (por ex. “ter feito”, relativamente a “fazer”).

Tomando “como ponto de partida o causativo no momento do evento” — situando-nos portanto na “zona de post-evento” — “podemos seguir as diferentes etapas pelas quais podem passar o agente e o paciente” (p. 195). Considerem-se dois eixos contínuos A e B, sendo A o eixo de decréscimo de agentividade e B o eixo de decréscimo de passividade:



(adaptação ao português de pp. 196-197)

Fig. 21 — Eixos de agentividade e de passividade

Cap. XIV “O tempo” (pp. 199-203)

“O espaço precisa de tempo para existir”. Pode-se “ficar no mesmo lugar”, não se pode “ficar no mesmo momento”, a não ser pelo imaginário... o ser humano não conhece senão o tempo durante o qual pensa, o To constitutivo da consciência... sinto o tempo como chegando até mim, para logo se escapar.” (p. 200).

A partir de T_0 , ou seja, “o presente sentido”, construímos outros pontos de referência, tantos quantos quisermos (p. 201):

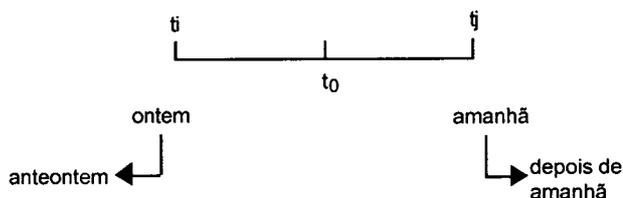


Fig. 22 — Construção de pontos de referência temporal

Em línguas como o francês e o português, as categorias de tempo e de aspecto estão ligadas. “Relativamente a um evento podemos notar as afinidades entre vários parâmetros: (p. 202)



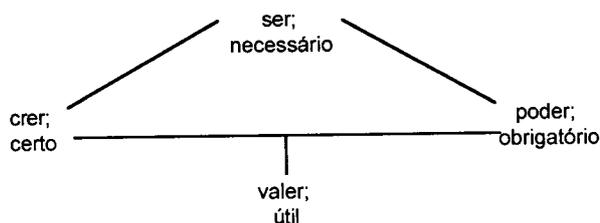
Fig. 23 — Evento: afinidades entre parâmetros

É de notar a complexidade da construção mental de enunciados banais, como, por exemplo, “o que quero, é que ele tenha começado a escrever às 8 horas”. Este enunciado supõe: “— um querer: modalidade prospectiva, vista em T_0 ; — começar: um incoativo; — ter começado: um aspecto realizado do incoativo; — uma focalização do querer (o que... é que..., na voz equativa); — uma isossemia, “o acordo” entre a visão prospectiva de “querer” e o modo conjuntivo (tenha). Compreende-se que a este nível, cada língua peça um estudo aprofundado” (p. 203).

Cap. XV “A modalidade” (pp. 204-223)

“Qualquer propósito é susceptível de ser modalizado pelo enunciador” (p. 204): PROPÓSITO (fr. PROPOS) ← MODALIZAÇÕES.

dando um exemplo:



A modalidade pode exprimir-se através de lexemas, de gramemas, das mais variadas construções sintáticas (ex. “*desejo partir; o meu desejo é partir; estou desejoso de partir; partir é o meu maior desejo*” p. 207). “A mensagem oral pode ser acompanhada de manifestações sonoras (entoação), gestuais ou outras”. O Autor sugere a representação dos sistemas em que se organizam as modalidades segundo *eixos contínuos* nos quais é possível situar conceitos-chave, segundo uma cronologia interna:

	→	→	→	...P
EPISTÉMICA	imaginar	pensar	crer	<i>saber</i>
FACTUAL	querer	poder	dever	<i>agir</i>

De notar que “os termos modais não são exclusivos duma única modalidade” (ex. polissemia de *poder e dever*) (p. 207).

Com efeito, a modalidade é um “fenómeno muito geral, dependente da relação com a *pessoa*” (p. 208). Assim o Autor propõe os *parâmetros* seguintes (ib.)

- 0: valor geral, independente da pessoa
- 1: valor epistémico (conhecimento, opinião)
- 2: orientação dinâmica independente
- 3: elo interpessoal (deôntico ou dependente)
- 4: acréscimo axiológico (apreciativo)

Exemplificando com “poder”:

- 0: pode ser que o 13 saia no loto
- 1: podiam ser 8 h. da noite
- 2: posso pegar nesta mala
- 3: posso sair (ele permite-mo)
- 4: bem o podias dizer! (crítica).

Há combinatórias modais de grande complexidade resultado de dinâmismos variados, de “*percursos mentais complexos*”. Atentemos em alguns dos exemplos apresentados (pp. 211-219):

— a “interrogação” é essencialmente uma procura de saber:



temos uma modalidade complexa: *querer saber* (factual + epistémico) (p. 214).

— o artigo “o” é sempre anafórico, quer contextualmente (ex. um militar entrou: *o* homem tinha um porte altivo) quer situacionalmente (ex. *o* livro que está em cima da mesa é meu”) quer por referência ao saber do interlocutor (ex. *levas o* carro esta noite?). “O fenómeno anafórico pode ser interpretado como fazendo parte da modalidade epistémica, interferindo portanto com a determinação” (ib.), — “o imperativo negativo ou proibitivo é uma maneira de antecipar o acontecimento que se prevê (ex. “não fume no quarto”). Combina-se assim uma modalidade epistémica (penso que seria possível que P) e factual (não quero que P)” (p. 217). Note-se o emprego em português, tal como em espanhol de formas do conjuntivo, para exprimir o optativo.

A representação das modalidades através de Esquemas Analíticos (SA) nem sempre é possível. O Autor propõe um SA apto a representar algumas modalidades epistémicas (p. 215) e um outro SA apto a representar algumas modalidades factuais (p. 216).

“Um estudo onomasiológico deveria incluir numerosas construções cujas marcas se podem dificilmente inventariar. Por ex. “em tempo de chuva, abrandar” é um enunciado que reenvia a: se chuva EXISTIR, então DEVER abrandar” (p. 216).

A modalidade *axiológica* (pp. 218-223) que corresponde ao julgamento de valor do enunciado relativamente ao seu PROPÓSITO (fr. “PROPOS”) aplica-se também às outras modalidades. Por exemplo: — o DEVER trans-

forma-se em VALER (ex. tem de ser → vale mais; é preferível); — “o bom, o bem, o belo, qualificações subjectivas (nem verdadeiras nem falsas) sobre-modalizam os verbos modais (ex. isso vale *bem* uma recompensa!; tu *bem* podes fazer isso (p. 218).

“Os meios de expressão são múltiplos e muitas vezes paralinguísticos (entoações... ênfase fónica ou gestual, tipografia fática)” (ib.). Os lexemas axiológicos podem integrar-se em múltiplas formas sintácticas (ex. EU → -fácil-P/ “*eu acho* que é fácil aceder a esta tribuna; acede-se facilmente a esta tribuna; esta tribuna tem um acesso fácil”, etc).

— Fácil — significa { PODER fazer-se
VALORIZAÇÃO positiva (p. 219)

Os gramemas valorativos laudativos (diminutivos, afectivos) e pejorativos, assim como as formas de *delicadeza* integram-se também na modalidade axiológica, neste caso “naturalmente ligada à *semântica pragmática* (ib.). Os fenómenos de tematização e de focalização (“hierarquia que o enunciador impõe às diferentes componentes do seu discurso” (p. 220)) assim como outros fenómenos de hierarquização (ex. subordinação, coordenação, ordem dos termos) prendem-se igualmente com a modalidade axiológica. Existe uma motivação semântica subjacente às diversas soluções sintácticas.

Na *conclusão* (pp. 224-227), Bernard Pottier sublinha que “num percurso enunciativo não se pode pensar que se trata de etapas disjuntas pelas quais se tem de passar numa ordem bem determinada. Existem cronologias necessárias... Mas quando temos uma intenção de mensagem, o conteúdo conceptual é composto de grandes linhas do evento (o esquema analítico) e de alvos enunciativos que acompanham e controlam constantemente a enunciação” (p. 224). O esquema analítico construído (SAC) corresponde ao SA dotado dos alvos enunciativos, em função das intenções de comunicação do enunciador. “É como se seleccionasse um momento do SA que tenho a intenção de *dizer*, continuando a ter subjacente o conjunto do evento sempre disponível em caso de necessidade” (p. 226). “É o esquema construído que figura da maneira mais adequada a *representação mental* tanto para o enunciador... como para o interpretante” (p. 227).

A teoria semântica globalizante, desenvolvida em *Sémantique générale* por Bernard Pottier (na sequência das suas obras precedentes), genera, harmonizando, diferentes fenómenos e níveis de produção/interpretação em

MARIA HELENA ARAÚJO CARREIRA

línguas naturais. Assim, o nível discursivo, na sua variabilidade, é situado relativamente a operações de nível superior (linguístico e conceptual) cada vez mais abrangentes. Um vai-e-vem constante entre abstracção teórica, análise da(s) língua(s) e de comportamentos discursivos percorre toda a obra, graças a uma procura fundamental de sintonias e de contínuos semânticos organizadores do “mundo do sentido”².

Paris, Fevereiro de 1994

Maria Helena Araújo Carreira
(Université Paris VIII)

² A inclusão deste trabalho no pretente volume foi autorizada pela Comissão Científica de Línguas e Literaturas Modernas.